

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.523.633 - PE (2019/0177219-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : TEREZA CRISTINA FARIAS DA CUNHA  
ADVOGADO : RAIMUNDO DE SOUZA MEDEIROS JUNIOR E OUTRO(S) -  
PE013005  
AGRAVADO : COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS

## DECISÃO

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA PESSOA JURÍDICA. EMPRESA ATIVA QUE DEIXA DE FUNCIONAR NO MESMO DOMICÍLIO FISCAL. CONFIGURAÇÃO DA DISSOLUÇÃO IRREGULAR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 435/STJ. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

1. Agrava-se da decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto por TEREZA CRISTINA FARIAS DA CUNHA, com fundamento no art. 105, III, *a* da Constituição da República, contra o acórdão proferido pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 5a. Região, assim ementado:

*TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. PENHORA ON LINE, VIA BACENJUD, ANTES DA CITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. SÚMULA 435, DO STJ. CABIMENTO. PARCIAL PROVIMENTO.*

*1. Agravo de instrumento interposto por particular contra decisão que, em sede de Execução Fiscal, deferiu o pedido de redirecionamento da execução e determinou o arresto cautelar, via sistemas BACENJUD e RENAJUD, de bens e direitos existentes em nome da recorrente, antes de efetivada sua citação.*

*2. Efeito suspensivo deferido em parte para garantir o desbloqueio dos valores de titularidade do recorrente, constritos sem a observância do rito processual estabelecido nos arts. 7º, 8º, 9º e 10 da LEF e 185-A do CTN, bem como do veículo de sua propriedade. Agravo*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Interno interposto contra essa decisão.*

*3. Pretensão recursal consubstanciada na liberação do veículo pertencente à agravante, dos valores bloqueados via BACENJUD, totalizando a quantia de R\$ 24.035,22 (vinte e quatro mil, trinta e cinco reais, vinte e dois centavos) e demais bens da recorrente, bem como seja revogado o redirecionamento determinado, excluindo a agravante do polo passivo da execução fiscal que subjaz a este recurso.*

*4. Manutenção do redirecionamento ordenado, pois não foram trazidos elementos aos autos que infirmassem as razões que levaram a tal determinação. A exequente noticia que, embora a empresa executada se encontre ATIVA perante seu cadastro, não foi localizada no endereço constante de seus registros, o que enseja o seu pedido de responsabilização. Assim, restando inviabilizada a localização da pessoa jurídica devedora, presume-se sua dissolução irregular, nos termos da súmula 435, do STJ, sendo possível o redirecionamento da execução para o sócio da empresa devedora.*

*5. Antes da citação do responsável pela dívida não há que se falar na efetiva existência de um processo propriamente dito, de forma que não haveria como o suposto devedor ter sua esfera patrimonial atingida por atos de constrição adotados previamente à angularização da relação processual. Essa oportunidade se dá com os embargos, e estes pressupõem a penhora; a citação da execução é para pagar.*

*6. A mera alegação de que a citação da parte executada ensejaria o esvaziamento das suas contas bancárias e/ou aplicações financeiras - sem elementos fáticos que indiquem tal risco -, não tem o condão de justificar a penhora eletrônica antes da citação, sob pena de afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Ademais, a má-fé não se presume, devendo, ao contrário, ser provada de maneira clara e inequívoca.*

*7. Descabimento da adoção da providência combatida sob o fundamento de que se cuida de um arresto cautelar. Isso porque, por força do que preceitua o art. 301 do NCPC, apenas é possível a realização do arresto cautelar initio litis, portanto sem que ainda tenha havido a citação da parte adversa, quando, relevantes os argumentos que a ensejem, esteja o julgador diante de uma situação de tamanha gravidade capaz de justificar a utilização imediata dessa medida assecuratória, o que não se tem caracterizado in casu. Inaplicabilidade também à hipótese das disposições do art. 854, do NCPC, visto que têm incidência no curso do processo, quando já tiver havido oportunidade para o devedor pagar ou nomear bens à penhora, ou seja, quando já tiver ocorrido a citação.*

# Superior Tribunal de Justiça

8. *Agravo Interno prejudicado. Agravo de instrumento parcialmente provido, para desbloquear os valores de titularidade da recorrente, constrictos sem a observância do rito processual estabelecido nos arts. 7º, 8º, 9º e 10º, da Lei 6.830/80, bem como o veículo de propriedade da agravante (fls. 157).*

2. Os Embargos de Declaração opostos, foram rejeitados (fls. 221/236).

3. Nas razões do Apelo Nobre inadmitido, a recorrente aponta violação do art. 135, II do CTN. Sustenta, em suma, que *o descumprimento de obrigação tributária não implica dissolução de sociedade nem autoriza o redirecionamento da ação executiva, assim como não caracteriza prática dolosa ou de má fé, porquanto, segundo os princípios de legalidade, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei* (fls. 266).

4. Com contrarrazões (fls. 296/299), o recurso fora inadmitido na origem (fls. 305).

5. É o breve relatório.

6. O recurso não merece acolhimento.

7. Com efeito, no mérito, o Tribunal de origem consignou o seguinte:

*No que respeita ao redirecionamento ordenado, penso que não merecem acolhida as alegações da recorrente. Isso porque não foram trazidos elementos aos autos que infirmassem as razões que levaram ao redirecionamento da execução. A exequente, noticia que, embora a empresa executada se encontre ATIVA perante seu cadastro, não foi localizada no endereço constante de seus registros, o que enseja o seu pedido de responsabilização.*

*Dessa forma, restando inviabilizada a localização da pessoa jurídica devedora, presume-se sua dissolução irregular, nos termos da súmula 435, do STJ, sendo possível o redirecionamento da execução para o sócio da empresa devedora (fls. 155/156).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

8. A Súmula 435 do STJ diz que *se presume dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal contra o sócio-gerente.*

9. Desse modo, tendo o Tribunal de origem verificado que *foi expressamente demonstrado no feito que a empresa executada não foi localizada no endereço constante de seus registros, o que enseja a presunção de sua dissolução irregular, nos termos da súmula 435, do STJ, sendo possível o redirecionamento da execução para o sócio da empresa devedora (fls. 32),* constata-se a incidência da Súmula 435 do STJ.

10. Salientou a Corte regional, ainda, que *não trouxe a embargante elementos capazes de infirmar as provas coligidas ao feito que ensejaram a sua responsabilização, razão pela qual, cabível é o redirecionamento (fls. 232).* Nesse cenário, somente novo e acurado exame das provas elencadas nos autos possibilitaria conclusão contrária. Confirmam-se os seguintes julgados nesse sentido:

*TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA EMPRESA. EXERCÍCIO DA GERÊNCIA À ÉPOCA DO FATOS GERADORES.1. O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os sócios só respondem pelo não recolhimento de tributo quando a Fazenda demonstrar que agiram com excesso de poderes, infração à lei, contrato social ou estatuto, ou ainda no caso de dissolução irregular da empresa.2. Hipótese em que, a despeito da dissolução irregular, foi acolhida a exceção de pré-executividade com vistas a reconhecer a ilegitimidade passiva do sócio que não exercia poderes de gestão na empresa executada à época dos fatos geradores.3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça definiu as seguintes orientações: (a) o redirecionamento da execução fiscal ao sócio, em razão de dissolução irregular da empresa, pressupõe a respectiva permanência no quadro societário ao tempo da dissolução; e (b) o redirecionamento não pode alcançar os créditos cujos fatos geradores são anteriores ao ingresso do sócio na sociedade.4. Na situação em que fundamentado o pedido de redirecionamento da execução fiscal na dissolução irregular da empresa executada, é imprescindível que*

*o sócio contra o qual se pretende redirecionar o feito tenha exercido a função de gerência no momento dos fatos geradores e da dissolução irregular da sociedade.*5. Precedentes: AgRg no REsp 1.497.599/SP, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 26/02/2015; AgRg no Ag 1.244.276/SC, Relator Ministro Sérgio Kukina, DJe 04/03/2015 e AgRg no REsp 1.483.228/SP, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 18/11/2014.6. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp. 659.003/RS, Rel. Min. MARGA TESSLER (JUÍZA FEDERAL CONVOCADA DO TRF 4ª REGIÃO), DJe 29.5.2015).

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL PARA SÓCIO DA EMPRESA. AFERIÇÃO DO EXERCÍCIO DE PODERES DE GESTÃO À ÉPOCA DA OCORRÊNCIA DOS FATOS GERADORES OU DOS INDÍCIOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA EMPRESA. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende que não é possível o redirecionamento da execução contra o sócio que não integrava a sociedade à época da ocorrência dos fatos geradores das obrigações ou da dissolução irregular da empresa, eis que por tal motivo não é possível lhe imputar responsabilidade por atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatuto, na forma do art, 135, III, do CTN.2. A despeito de ter o acórdão recorrido reconhecido o indício de dissolução irregular da sociedade em face de certidão de oficial de justiça que sinalizou a inatividade da empresa no seu endereço, não houve nenhuma afirmação no sentido de que o sócio para o qual se pretende redirecionar a execução exercia poderes de gerência, direção ou representação da sociedade à época da dissolução irregular.3. Deve ser mantida a decisão agravada no sentido de não ser possível a esta Corte infirmar o entendimento adotado no acórdão recorrido, quanto ao exercício de poderes de gestão pelo sócio à época da ocorrência dos fatos geradores da obrigação, bem como à época da dissolução irregular da empresa, eis que tal providencia demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória inviável em sede de recurso especial pelo óbice da Súmula 7 do STJ, in verbis: A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.4. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp. 1.486.839/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 10.12.2014).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

11. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial do Particular.

12. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

